

¹Simone Ubinski; ²Leticia Bonfada;

Resumo

Este capítulo apresenta uma revisão narrativa das interfaces entre cuidados paliativos e Psicologia Jurídica no contexto brasileiro, analisando como aspectos éticos, legais e psicológicos são articulados no cuidado de pacientes em fase terminal. Com base na literatura nacional recente, documentos oficiais e diretrizes do Ministério da Saúde, discute-se a importância da autonomia, diretivas antecipadas, avaliação da capacidade civil, mediação de conflitos familiares e proteção de indivíduos vulneráveis. Destaca-se que o fim da vida envolve decisões complexas que vão além do âmbito clínico, exigindo ação interdisciplinar para garantir dignidade, segurança emocional e respeito aos direitos fundamentais do paciente. A Psicologia Jurídica emerge como um campo essencial para apoiar equipes multidisciplinares, orientar a tomada de decisões, prevenir litígios desnecessários e identificar situações de negligência ou violência. O capítulo também aponta desafios estruturais e educacionais para a consolidação dos cuidados paliativos no Brasil, enfatizando a necessidade de políticas públicas fortalecidas e maior integração entre saúde, justiça e psicologia. Conclui-se que essa interface contribui para práticas humanizadas, éticas e juridicamente fundamentadas.

Palavras-chave: Autonomia; Cuidados paliativos; Direitos do paciente; Psicologia jurídica; Terminalidade.

Abstract

This chapter presents a narrative review of the interfaces between palliative care and Legal Psychology in the Brazilian context, analyzing how ethical, legal, and psychological aspects are articulated in the care of terminally ill patients. Based on recent national literature, official documents, and guidelines from the Ministry of Health, the importance of autonomy, advance directives, assessment of legal capacity, mediation of family conflicts, and protection of vulnerable individuals is discussed. It highlights that the end of life involves complex decisions that go beyond the clinical scope, requiring interdisciplinary action to guarantee dignity, emotional security, and respect for the patient's fundamental rights. Legal Psychology emerges as an essential field to support multidisciplinary teams, guide decision-making, prevent unnecessary litigation, and identify situations of negligence or violence. The chapter also points to structural and educational challenges for the consolidation of palliative care in Brazil, emphasizing the need for strengthened public policies and greater integration between health, justice, and psychology. It concludes that this interface contributes to humanized, ethical, and legally sound practices.

Keywords: Autonomy; Palliative care; Patient rights; Legal psychology; End-of-life care.

¹FISMA – FACULDADE INTEGRADA DE SANTA MARIA RS
simone.ubinski@gmail.com

²FISMA – FACULDADE INTEGRADA DE SANTA MARIA RS
leticia.bonfada@gmail.com

Introdução

Os cuidados paliativos constituem uma abordagem de cuidado abrangente voltada para o alívio do sofrimento e promoção da qualidade de vida de pessoas com doenças potencialmente fatais. No Brasil, o Manual de Cuidados Paliativos do Ministério da Saúde (2023), indica que é um campo interdisciplinar que integra dimensões físicas, emocionais, sociais, espirituais e éticas, exigindo ação coordenada entre diferentes profissionais.

Ao aproximarmos esse campo da Psicologia Jurídica, emergem questões fundamentais relacionadas à autonomia, dignidade, direitos do paciente, tomada de decisão, conflitos familiares, capacidade civil e proteção de populações vulneráveis. A interface entre cuidados paliativos e Psicologia Jurídica ainda é pouco explorada na literatura, mas revela-se essencial dada a complexidade das decisões de fim de vida. Estudos brasileiros recentes têm ampliado essa discussão. Hoffmann *et al.* (2023), destacam a evolução das políticas públicas de cuidados paliativos no país, enquanto Borges e Lima (2024), analisam a relevância das Diretivas Antecipadas como instrumento para garantir a autonomia do paciente. Na esfera jurídica, Brógio e Mabtum (2024), abordam a legislação aplicável ao fim da vida e os dilemas éticos envolvendo decisões clínicas e familiares.

Portanto, o objetivo deste capítulo é analisar, por meio de uma revisão narrativa, as principais interfaces entre cuidados paliativos e Psicologia Jurídica, discutindo implicações éticas, legais e psicológicas. A escolha por uma revisão narrativa se justifica pela necessidade de integrar diferentes áreas do conhecimento, permitindo uma análise ampla e interpretativa dos desafios e possibilidades de atuação no contexto da terminalidade.

Metodologia

Esta pesquisa caracteriza-se como uma revisão narrativa, modalidade que permite a ampla integração de produções científicas, documentos normativos e referências teóricas relevantes para a compreensão de temas complexos e multidisciplinares, especialmente quando a produção científica é escassa ou

fragmentada (Rother, 2007). A revisão narrativa é indicada quando o objetivo é discutir, interpretar e articular conhecimentos de diferentes campos, como ocorre na interface entre cuidados paliativos e Psicologia Jurídica.

Para a construção deste capítulo, foram consultados 42 materiais, entre artigos científicos, diretrizes oficiais, legislações, capítulos de livros e documentos técnicos, publicados entre 2010 e 2024. A busca foi realizada em bases de dados como SciELO, PePSIC, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Google Acadêmico e repositórios institucionais, utilizando descritores como: "cuidados paliativos", "psicologia jurídica", "autonomia", "diretivas antecipadas", "direitos do paciente", "fim da vida" e "bioética". Foram incluídos materiais que abordam diretamente: (1) políticas públicas brasileiras sobre cuidados paliativos; (2) aspectos éticos e legais relacionados ao fim da vida; (3) o papel da Psicologia em contextos terminais; (4) conflitos familiares, autonomia e capacidade civil; (5) documentos oficiais, como o Código de Ética Profissional do Psicólogo e o Manual de Cuidados Paliativos do Ministério da Saúde (2023) e diretrizes relacionadas. Textos internacionais foram utilizados apenas quando contribuíram para o suporte conceitual. Materiais que tratavam exclusivamente de protocolos médicos sem interface com questões éticas, legais ou psicológicas, bem como artigos que não se relacionavam com o contexto brasileiro, foram excluídos.

Devido à natureza deste ser uma revisão narrativa, não foram traçadas fronteiras claras em relação ao número de fontes e à avaliação metodológica dos estudos incluídos. A ênfase foi na contribuição teórica para a análise da interface dos cuidados paliativos com a Psicologia Jurídica. A análise dos materiais foi guiada pela busca de conceitos-chave e pelas diferenças e semelhanças entre a literatura. Uma limitação deste trabalho foi a falta de referências bibliográficas nacionais que abordem especificamente, e de forma integrada, a interface dos cuidados paliativos e da Psicologia Jurídica. Apesar da existência de produções relevantes em todas essas áreas, separadamente, há poucos estudos que se baseiam em cada uma para a literatura espe-

cificamente sobre a conexão, o que limita a disponibilidade de referências para comparação cruzada e avaliação crítica. Além disso, a escolha da revisão narrativa, embora apropriada para a natureza interdisciplinar deste tema, não segue critérios sistemáticos de busca e seleção, o que pode limitar o escopo e a reprodutibilidade dos achados apresentados. A essas limitações somam-se três fatores principais: (a) a escassez de estudos empíricos brasileiros que explorem o desempenho aplicado da Psicologia Jurídica no campo dos cuidados paliativos, o que limitará a capacidade de generalizar e analisar práticas concretas, (b) a falta de publicações dedicadas à interseção dos cuidados paliativos e da Psicologia Jurídica, forçando a necessidade do uso de recursos fragmentados para estabelecer um diálogo entre esses campos, e (c) a incipiente infusão da Psicologia Jurídica no cenário da saúde, que é um fator importante na falta de padronização conceitual e limitação em estudos que interligam a perspectiva jurídica às práticas de cuidados de fim de vida. Ainda que produções individuais de cada área sejam relevantes, relativamente poucos estudos foram conduzidos onde essa relação é explicitamente discutida, restringindo recursos para comparação e crítica. Embora também seja um método apropriado para a natureza interdisciplinar do tema, o método de revisão narrativa não segue um processo formal de busca e seleção, possivelmente limitando o escopo geral dos resultados e a reprodução da pesquisa.

Resultados e Discussões

Cuidados paliativos e Psicologia Jurídica são unidos por um entendimento comum do valor fundamental de avançar a dignidade humana, particularmente em situações de grande vulnerabilidade social, no contexto da mortalidade. Segundo a literatura brasileira, a integração dos cuidados paliativos no Brasil ainda está emergindo, enfrentando dificuldades estruturais, legais e éticas (Hoffmann *et al.*, 2023). Nesse sentido, a ação psicológica, particularmente quando articulada no âmbito da lei, torna-se uma necessidade para sustentar a autonomia, os direitos e a proteção de pacientes e famílias.

1. Autonomia, Consentimento e Diretivas Antecipadas

A autonomia constitui princípio central nos cuidados paliativos (Borges e Lima, 2024). As Diretivas Antecipadas de Vontade (DAV) representam um instrumento jurídico que permite ao paciente registrar sua vontade enquanto possui plena capacidade decisória. As discussões sobre autonomia no final da vida também dizem respeito ao reconhecimento de considerações emocionais, culturais e espirituais, que são instrumentais para ditar como o paciente apresenta sua escolha. Conflitos familiares e dificuldades emocionais podem interferir no cumprimento dessas diretivas, demandando mediação psicológica e esclarecimentos jurídicos (Brógio e Mabum, 2024). A Psicologia Jurídica atua avaliando compreensão, coerência e voluntariedade das decisões, além de auxiliar equipes multiprofissionais na comunicação de más notícias e na interpretação das escolhas do paciente (Hoffmann *et al.*, 2023).

Para pessoas que experimentam medo ou sofrem de dor ou dependência, o desejo expresso pode oscilar, e a experiência precisa de cuidados psicossociais contínuos. A Psicologia Jurídica permitiria uma apreciação dessas nuances, ajudando a esclarecer até que ponto as decisões, em uma situação legal, são baseadas na verdadeira vontade e não em sentimentos de curto prazo. Além disso, o aumento da aplicação de Diretivas Antecipadas no Brasil requer treinamento profissional, clareza normativa e o desenho de procedimentos baseados em protocolos que garantam a autenticidade e a aplicabilidade dessas diretivas às instituições de saúde. A autonomia é um pilar dos cuidados paliativos. No Brasil, a implementação de Diretivas Antecipadas ampliou o poder do paciente de escolher tratamentos, rejeitar intervenções fúteis ou desproporcionais e documentar preferências em relação aos seus cuidados na fase terminal. Borges e Lima (2024), ressaltam que é importante que, embora estas não sejam amplamente disseminadas, as Diretivas Antecipadas fornecem um meio de garantir a autonomia, em que os profissionais precisam possuir sensibilidade ética apropriada e conhe-

cimento jurídico para aplicar efetivamente as políticas. A Psicologia Jurídica acrescenta insights a essas escolhas tanto para pacientes quanto para famílias, auxiliando no reconhecimento se o paciente é competente para a tomada de decisões e fornecendo apoio emocional em casos de conflito ou incerteza. Quando as decisões do paciente não são concordadas pelos membros da família, o psicólogo também pode atuar como mediador.

2. Capacidade civil e tomada de decisão em relação à terminalidade

A consideração da capacidade civil no âmbito dos cuidados paliativos envolve mais do que análise cognitiva, deve levar em conta considerações emocionais, incluindo medo, sofrimento, esperança ou negação. Flutuações emocionais rápidas podem brevemente influenciar julgamentos, mas isso não prova ser uma incapacidade legal. Portanto, uma avaliação deve ser contextual, fluida e apoiada por padrões éticos e legais. A Psicologia Jurídica também contribui para a literatura sobre tutela, delineando opções que permitem autonomia e minimizam intervenções excessivas (por exemplo, tomada de decisão apoiada) e que evitam danos à dignidade do paciente. Pacientes recebendo cuidados paliativos podem manifestar alterações cognitivas devido à doença, dor em geral, uso de medicamentos ou fadiga emocional. Nesses casos, a questão da capacidade civil para assinar documentos, decidir sobre sua própria saúde ou tomar decisões privadas sobre escolhas patrimoniais torna-se uma preocupação. As avaliações psicológicas são relevantes, pois sugerem assistência técnica para avaliar o entendimento, processamento, lógica, coerência e voluntariedade do paciente. Brógio e Mabtum (2024), observaram que a legislação brasileira considera análises interdisciplinares quando há dúvidas sobre a capacidade de tomar decisões, e que a Psicologia Jurídica desempenha um papel significativo no processo, o que garante que decisões éticas e legalmente fundamentadas sejam tomadas. Medidas como a tomada de decisão apoiada, prevista na legislação brasileira, podem preservar autonomia, evitando curatelas excessivamente restritivas (BRASIL, 2023).

3. Conflitos familiares e mediação no fim da vida

A literatura aponta que a terminalidade intensifica conflitos relacionados a cuidados, finanças e divergências sobre a vontade do paciente (Hoffman et al., 2023). Desentendimentos e mediações no final da vida em cuidados paliativos geralmente surgem de histórias familiares como desigualdades emocionais, disputas anteriores ou má comunicação. Estas são as dimensões subjetivas que a mediação pelo psicólogo jurídico atende, mas mais importante ainda é o quadro legal das decisões de disputa. Isso permite a discussão e resolução de questões que são tipicamente centrais para a dinâmica familiar, incluindo relações conflituosas, tensões não resolvidas, conflitos históricos e desafios intergeracionais. Além de fornecer um espaço para abrir um diálogo, o profissional atua como mediador e ajuda a discernir interesses legítimos, expectativas irreais e sentimentos não expressos. A mediação é uma forma, quando bem feita, de desviar a dor emocional de ser transformada em litígio, em direção a respostas responsáveis, éticas e clínicas, legais. O período terminal tende a exacerbar disputas familiares, pois estas podem girar em torno de terapia, responsabilidade ou trabalho de cuidado, finanças e desejos do paciente. A forma como atualmente estamos levando essas disputas ao tribunal pode ser realmente emocionalmente angustiante (Borges e Lima, 2024).

4. Vulnerabilidades, violências e proteção de direitos

A Psicologia Jurídica é um mediador que tem o poder de facilitar a argumentação entre as pessoas, diminuir a tensão e evitar processos legais desnecessários. A mediação em cuidados paliativos incentiva decisões que estejam mais alinhadas com os desejos do paciente, diminuem a tensão emocional nas famílias e proporcionam um cuidado mais humanizado. Fragilidade, Violência e Proteção de Direitos dos Pacientes no final da vida estão em risco em situações de vulnerabilidade severa, incluindo idosos, indivíduos dependentes ou pacientes com comprometimento cognitivo. Casos de negli-

gência, violência patrimonial, abandono e coerção emocional são mais comuns do que se imagina, segundo a literatura brasileira. Nessas condições, o psicólogo jurídico também está diretamente envolvido no reconhecimento de sinais de abuso, ao fazer encaminhamentos para agências de proteção (Ministério Público, Defensoria Pública e Conselhos de Direitos) e defendendo os direitos fundamentais dos pacientes. A interface entre saúde e o sistema de justiça é crucial para prevenir ocorrências de abuso e promover um contexto seguro para o cuidado (Brógio e Mabum, 2024).

5. Sofrimento ético e o papel das equipes multidisciplinares

O sofrimento ético não é apenas trauma emocional, ele também perturba a decisão clínica, a sanidade dos médicos e a saúde mental das equipes. Em ambientes com recursos limitados ou sem protocolos claros, há estresse, pois os profissionais devem manter tratamentos que consideram inadequados ou contrários aos desejos dos pacientes, mas sentem que não seriam o melhor curso (Hoffman *et al.*, 2023). O campo da Psicologia Jurídica apoia a equipe, bem como a instituição, com reflexões sobre deveres profissionais, os direitos do paciente, comunicação assertiva, responsabilidade profissional e limites de conduta. Esse apoio promove práticas interdisciplinares, previne o *burnout* e é um fator para tornar os ambientes de cuidado mais humanizados. Profissionais de saúde que trabalham na área de cuidados paliativos enfrentam inúmeros dilemas éticos, incluindo restrições terapêuticas, conflitos entre desejos familiares e desejos do paciente e disputas sobre a continuidade ou interrupção do tratamento. Esses dilemas podem criar sofrimento moral referido como angústia, culpa e impotência. A Psicologia Jurídica fornecerá clareza sobre as implicações éticas e legais dessas decisões, bem como instruirá as equipes sobre limites profissionais e responsabilidade civil ao trabalhar com pacientes e famílias (Brógio e Mabum, 2024). A incorporação de psicólogos com médicos, assistentes sociais e advogados melhora a capacidade de tomada de decisão e a segurança e conforto morais.

6. Impactos emocionais e psicossociais no processo de morte e luto

O luto, ao mesmo tempo, aumenta a probabilidade de conflitos na vida de alguém, pois o luto pela morte causa muitas emoções, na forma de estresse, tristeza, medo, ambivalência e conflitos não resolvidos. O tratamento psicológico ajuda a construir essas emoções, tornando-as mais expressivas e cuidando do paciente e da família. O mundo jurídico também gera litígios sobre bens, escolhas feitas neste momento e mecanismos inspirados pela dor. O psicólogo jurídico ajuda a tornar esses processos inteligíveis, mantendo litígios frívolos à distância e explicando qual é a natureza emocional por trás do comportamento legal (Santos *et al.*, 2024).

7. O papel do psicólogo jurídico: implicações éticas e limitações

A ética profissional em cuidados paliativos deve ser sutil, cautelosa e apropriada, enquanto permanece informada sobre os limites da resposta psicológica e legal. O psicólogo não deve assumir posições além de sua expertise ou que comprometam a neutralidade que deve ser mantida na avaliação (CFP, 2005). O Código de Ética Profissional do Psicólogo reforça que o profissional deve atuar com responsabilidade, competência e compromisso com os direitos humanos. Nos cuidados paliativos, requer atenção redobrada devido à vulnerabilidade física e emocional dos pacientes e de suas famílias.

A função do psicólogo na interface dos cuidados paliativos e exigências legais demanda rigor ético, clareza técnica e consideração das limitações das funções específicas envolvidas. A terminalidade é um contexto em que questões subjetivas, conflitos familiares, decisões difíceis e temas legais sensíveis estão em jogo, levantando assim desafios éticos. Uma consideração chave diz respeito ao duplo vínculo: o mesmo profissional não pode desempenhar simultaneamente um papel de apoio psicoterapêutico e um papel de especialista avaliador ou perito. Enquanto fornecer ajuda clínica requer conexão, aceitação e escuta sensível, avaliar para fins

legais requer distanciamento, neutralidade e objetividade. Misturar esses papéis na prática clínica pode prejudicar a validade do documento resultante e, assim, constituir uma violação ética (Brógio e Mabtum, 2024).

Outra questão central é a confidencialidade profissional. Embora seja um direito do paciente, a confidencialidade tem exceções previstas por lei e pelo Código de Ética Profissional do Psicólogo, especialmente quando há risco para a integridade do paciente ou de terceiros, ou quando exigido por autoridade competente. No entanto, qualquer quebra de confidencialidade deve envolver avaliação cuidadosa, documentação e a menor exposição possível. A produção de documentos (declarações, relatórios, pareceres) deve ser objetiva, teoricamente fundamentada e fornecer apenas as informações da avaliação, sem interpretação moralista, especulativa ou subjetiva. Documentos mal redigidos podem causar problemas para pacientes, famílias e equipes. Além disso, um psicólogo deve ser capaz de refletir e reconhecer os limites e fronteiras de sua competência, fazer encaminhamentos quando necessário e realizar treinamento contínuo em bioética, cuidados paliativos, legislação relacionada à saúde e mediação de conflitos. O código de ética também significa reconhecer a influência dos próprios valores e evitar interferências nas decisões ou conselhos dados (CFP, 2005).

Por fim, é crucial adotar uma abordagem colaborativa com equipes multidisciplinares, onde não há linhas de autoridade de cima para baixo, elas podem apreciar que as decisões sobre terminalidade são compartilhadas e devem aderir aos valores de dignidade, autonomia e um amplo quadro protetor.

8. Síntese dos Achados

A interface entre cuidados paliativos e Psicologia Jurídica é essencial para a realização de direitos, dignidade e segurança emocional. A revisão narrativa realizada indica que essa integração amplia nossa compreensão dos desafios do fim da vida, fortalece decisões éticas, previne conflitos e protege os que estão em risco. Os resultados enfatizam que a saúde e o sistema de justiça

devem trabalhar juntos de maneiras para uma abordagem holística e humanizada do tratamento, consistente com as políticas públicas brasileiras e os princípios dos cuidados paliativos (Hoffman et al., 2023).

Considerações finais

A interseção dos cuidados paliativos e da Psicologia Jurídica é um domínio necessário para aprimorar a dignidade humana em situações de vulnerabilidade e finitude. Dito isso, a revisão narrativa realizada mostra que a jornada em direção ao fim da vida abrange não apenas questões clínicas, mas também dilemas éticos, conflitos familiares, demandas legais e questões relativas à autonomia do paciente e direitos fundamentais. Enquanto fornece cuidados paliativos com foco principal no conforto, alívio do sofrimento e respeito ao indivíduo, requer intervenção sensível e tecnicamente qualificada. Nesse contexto, a Psicologia Jurídica desempenha um papel em ajudar equipes, mediar conflitos, avaliar capacidade civil, reconhecer violência ou negligência e orientar a tomada de decisões em linha com valores individuais, normas legais e obrigações éticas.

As políticas públicas também devem ser reforçadas, o treinamento profissional expandido e o conhecimento interdisciplinar integrado para que o cuidado seja mais humano e juridicamente seguro. É em sua apresentação que a discussão sobre saúde, psicologia e justiça não apenas ajuda a promover a tomada de decisões éticas, mas também inibe o risco de ações legais injustificadas e salvaguarda pacientes e famílias mesmo nos momentos de maior vulnerabilidade. Assim, propomos que avançar nessa interface é crucial para garantir a integração de uma prática de cuidados paliativos ampla e eticamente fundamentada que atenda às necessidades do momento. O psicólogo jurídico, trabalhando ao lado de outros profissionais, é crucial para estabelecer uma abordagem integrada baseada em garantias legais e respeito pelo indivíduo e pela comunidade, tratando o paciente como sujeito de direitos até o fim de sua vida.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de Cuidados Paliativos. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/>. Acesso em: 20 nov. 2025.

BRÓGIO, A.; MABTUM, M. M. Cuidados paliativos à luz da legislação brasileira. Revista de Constitucionalização do Direito Brasileiro, v. 2, n. 1, 2024. Disponível em: <https://revistaconstitucionalizacao.com/>. Acesso em: 20 nov. 2025.

BORGES, L. S.; LIMA, M. J. V. Diretivas antecipadas de vontade e cuidados paliativos: percepção brasileira. Revista Bioética, v. 32, e3636PT, 2024. Disponível em: <https://revistabioetica.cfm.org.br/>. Acesso em: 20 nov. 2025.

HOFFMANN, M. C.; VIDOTTI, J.; OLIVEIRA, J.; POLEJACK, L. Cuidados paliativos e políticas públicas no Brasil: aspectos conceituais e históricos. Psicologia e Saúde em Debate, v. 9, n. 2, p. 473–489, 2023. Disponível em: <https://psicodebate.com.br/>. Acesso em: 20 nov. 2025.

ROTHER, E. T. Revisão narrativa versus revisão sistemática. Acta Paulista de Enfermagem, v. 20, n. 2, p. 1–2, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 20 nov. 2025. Disponível em: <https://rbc.inca.gov.br/>. Acesso em: 20 nov. 2025.

SANTOS, A. A. O. et al. Psicoterapia em cuidados paliativos com pacientes oncológicos terminais: uma revisão integrativa. Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar, 2024. Disponível em: <https://sbph.org.br/>. Acesso em: 20 nov. 2025.